

DE OLHO NA CONSTITUINTE: IMAGINAÇÃO SOCIAL, INOVAÇÕES E SIGNIFICADOS NO MOVIMENTO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE NO PARANÁ (1985-1988)

OZIAS PAESE NEVES¹

Em 2003 Francisco C. T. da Silva reclamava com razão de um certo esquecimento da História do Tempo Presente e propunha “um voltar-se cuidadoso sobre uma história que é, ao mesmo tempo, recente e esquecida: os processos de redemocratização” (SILVA, 2003: 245). Felizmente talvez possamos dizer que tal reclamo foi ouvido, ainda que parcialmente, afinal, na última década o campo da História do Tempo Presente produziu diversos trabalhos, muitos deles ligados aos temas da ditadura e da transição política; questões ligadas a democracia, tortura, desaparecimentos políticos, justiça de transição, validade e limites da lei de anistia etc. De certa forma *O que resta da ditadura* (TELES, 2010) também passou a ocupar o universo dos historiadores. É nessa seara, tentando contribuir com os debates que têm se estabelecido na última década sobre a redemocratização, é que se insere nossa pesquisa pretendendo debater o espaço da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-8, como recorte as ações e o imaginário popular. Tema árido, muitas vezes abordado por cientistas políticos e juristas, mas que têm visto aumentar o interesse dentro do campo dos historiadores e produzido textos inovadores como a recente tese de doutorado de Maria Helena Versiani publicada, em 2014, como livro *Correio Político: os brasileiros escrevem a democracia: 1985-1988*.

Em nossa comunicação pretendemos problematizar um conjunto de fontes vinculadas ao nosso projeto de pesquisa doutoral, intitulado *As cartilhas da constituinte e a transição política no Paraná: memória, sentimentos e utopias (1985-1988)* por meio da história do pensamento político, particularmente, a partir da concepção de Quentin Skinner. Para tanto, selecionamos uma cartilha produzida na Arquidiocese de Londrina através do Movimento Familiar Cristão - Pastoral da Família intitulada *Cristão: de olho na constituinte* confeccionada entre o segundo semestre de 1985 e o primeiro semestre de 1986; também selecionamos boletins do Movimento de Participação Popular na Constituinte (MPPC) produzidos no mesmo período. Escolhemos tais fontes porque representam uma amostra da relação entre o Movimento e um grupo específico vinculado à Igreja católica.

¹ Mestre e doutorando no programa de Pós-graduação em história da Universidade Federal do Paraná, bolsista da CAPES.

Neste texto caminharemos por uma abordagem diversa, tentando travar um debate com a escola Coolinwodiana à partir das reflexões de Quentin Skinner, nem sempre devidamente problematizada na historiografia brasileira. De início, convém estabelecer uma ressalva que orienta nosso trabalho, a obra de Skinner foi pensada para tratar da história do pensamento político traçando um quadro das mudanças mais aceleradas, de forma pontilhista, envolvendo grande autores clássicos e autores chamados de ‘menores’ e visa recuperar nuances e interpretações que foram deixadas de lado, usualmente vinculadas à formação do pensamento moderno (POCOCK, 1999:85-6). Estamos cientes de que há uma nítida diferença com as fontes e a problemática que desenvolvemos na tese, certamente as cartilhas têm um caráter ‘didático’, nos fornecem apenas um certo vislumbre de posições políticas que foram matizadas, por vezes simplificadas e transformadas em uma espécie de manual de procedimento, também buscamos as utopias, memórias e sentimentos para delinear um quadro do grupo. A hipótese que queremos testar nesse texto é a viabilidade de vislumbrar, via os conceitos skinnerianos escolhidos, traços dessa *forças ilocutórias e intenções*, tomando os produtores das cartilhas como *ideólogos inovadores* a introduzir a noção de constituinte como um instrumento para consolidação democrática nesses grupos; assim como quais seriam as particularidades e confluências entre o grupo católico e o MPPC.

Skinner funda-se na *filosofia analítica da linguagem* de Wittgenstein nos *atos de fala* de John Austin (SKINNER, 2005:3) para definir a *força ilocutória* “como um ato praticado ao dizer-se algo” (SKINNER, 2005: 208) remetendo a um dizer que vai além do significado, seria uma espécie de força adicional, tal como uma promessa, súplica ou ordem. Trata-se do que o autor estava a fazer quando escreveu ou falou algo, é sempre proposital, racionalmente realizada. Ao analisarmos cartilhas e boletins do MPPC não temos acesso aos embates teóricos que as forjaram, mas buscamos vislumbrar onde transparecem posicionamentos políticos racionais, calculáveis, vinculados à expectativas de ações que vão além dos textos. Por sua vez, o *efeito perlocutório* é o efeito causado do dizer, aquilo que espera obter ou que é obtido. Nesse plano “saber se conseguem alcançar tais objetivos é essencialmente uma questão linguística, uma questão de verificar a aplicação dos termos. É nesse ponto que reside o significado eminentemente ideológico dos termos ‘avaliação-descritiva’” (SKINNER, 2005: 208).

Para Skinner devemos estudar os autores e suas convenções sociais não apenas o que estão a dizer, mas também o que estão a fazer quando o afirmam, o que dão a entender com aquilo que afirmam. Para tanto, há que se buscar uma explicação das crenças e seu método implica em algumas tarefas como: a) identificar aquilo em que acreditavam, b) avaliar o que é

dito pelo seu valor facial; c) incluir a crença em um contexto inteligível que lhe sirva de suporte (SKINNER, 2005: 58). Quando falamos em *intenções*, devemos buscar perceber se o autor estava a gozar, a ser irônico, a falar sério etc, trata-se de plano ou desígnio para criar tal obra, lhe é interno sendo possível relacionar com *atos ilocutórios*. Ao tratar dos *motivos* devemos tentar buscar as razões que levaram o autor a realizar esses atos discursivos para além do seu estatuto de verdade, o que é, em fato, condição que antecede, é a razão, condiciona a interpretação da obra e lhe é externa (SKINNER, 2005: 149). Se não fosse assim, quando analisamos as cartilhas poderíamos deixar de lado as convenções, o humor, a ironia dos textos e as imagens? Entendemos que isso empobreceria a leitura. No espaço restrito dessa comunicação não poderemos nos estender nas críticas e debates à teorização de Skinner que se dá com autores vinculados ao pensamento de Reinhart Koselleck (LOPES, 2002) e outros autores da história do pensamento político tais como Mark Bevir (2008), David Harlan (2000), Melvin Richter (2006) e, na escola brasileira, com João Feres Junior e Marcos Jasmim (2009).

CONSTITUINTE COMO POLÍTICA, ORGANIZAÇÃO E DEMOCRACIA? IDEÓLOGOS INOVADORES E A RESSIGNIFICAÇÃO DA CONSTITUINTE NO IMAGINÁRIO DO MPPC

Uma nova constituição não é remédio pra todos os males. A constituição não é um fim. É um meio, um passo nesta luta que já começamos há tantos anos. A Constituinte é um momento na travessia para uma sociedade sem exploração.
MPPC, Boletim n. 5, ago. 1986

A produção de cartilhas em favor da participação popular na constituinte se deu entre 1985 e 1988. É herdeira do primeiro ciclo dos movimentos sociais vinculados a luta pela redemocratização do país e acesso a serviços públicos (MPPC Boletim5, 1986:5) iniciado no começo da década de setenta e que se estendeu até 1984. Nas pautas dos movimentos desse primeiro ciclo estavam a luta pela anistia (1977-8), as greves generalizadas (1978-9), o movimento custo de vida contra a carestia (1974-1980) e a reivindicação das “Diretas Já” (1984) entre outros. O segundo ciclo foi marcado por um processo de institucionalização dos movimentos entre 1985 e 1989 já dentro da ‘democracia formal’ (GOHN, 2012: 186 e 405). Tais ciclos estiveram vinculados à derrota política e militar da experiência da luta armada nos anos setenta. Representavam a reconfiguração de táticas de luta e até mesmo valores naquele momento em que as esquerdas brasileiras se rearticularam em torno de uma proposta de luta contra o autoritarismo e a carestia. Tornou-se corrente a defesa da democracia como instrumento de transformação política e Daniele Forget chegou a concluir que a estratégia da oposição passou pelo discurso da unidade a “fazer com que a ‘democracia’ se transforme no

ponto de convergência de um combate contra a desigualdade social, a injustiça e a repressão, a centralização do poder etc, de maneira a constituir uma necessidade indispensável aos valores da Igreja, sindicatos, intelectuais, patronato etc” (FORGET, 1995: 196). No campo do pensamento político Carlos Nelson Coutinho publicou o texto ‘Democracia como valor universal’(COUTINHO, 1979), em 1979, trazendo impacto ao propor a renovação democrática como alternativa à via prussiana. Tais elementos nos dão pistas de como o uso do conceito de democracia – de forma pragmática a unir uma colcha de retalhos que era a oposição ao regime - pode ser pensado no cenário geral. Nossa hipótese de pesquisa procura acurar o olhar para pensar se e como os integrantes do MPPC fizeram o uso do conceito democracia. Qual seria o papel da introdução da ‘constituente’ como ferramenta de consolidação democrática? Como pensar no papel nas cartilhas e nos *efeitos perlocutórios* tentados de participação na constituinte diante de um cenário de transição entre a ditadura e a democracia? Seriam eles *ideólogos inovadores*? Ou seja, atores sociais que têm como missão legitimar certos modelos de conduta social considerados geralmente como duvidosos (SKINNER, 2005: 207), atores capazes de captar e ressignificar algumas daquelas transformações mais profundas na vida social que resultaram em mudanças no uso do vocabulário político.

A análise das cartilhas e dos boletins levam-nos a questionar as explicações homogeneizadoras que apontam a democracia como uma panaceia assimilada pelos movimentos sociais. Entendemos que o conceito de democracia não era uma unanimidade no âmago de vários grupos de oposição e as cartilhas podem ser tomadas como um esforço de transformação de um valor considerado burguês, liberal ou até mesmo elitista em um instrumento de ‘reconstrução nacional’ a partir das especificidades dos *imaginários sociais* daqueles grupos. Afinal, como nos adverte Bronislaw Baczko “em nenhum caminho da sua história, nem mesmo caminhos da revolução, seja ela ‘burguesa’ ou outra, os homens passeiam nus. Precisam de fatos, de signos e imagens, de gestos ou figuras, a fim de comunicarem entre si e de se reconhecerem ao longo do caminho”(BACZKO, 1985: 321). Parece-nos que a escolha das terminologias, das imagens e dos seus usos nos darão pistas desse *imaginário* e *dos efeitos perlocutórios* que almejavam os produtores e idealizadores das cartilhas. Convém lembrar que elas, via de regra, não tinham autoria identificada, restando-nos pensá-las como obras coletivas identificadas com os movimentos sociais, portanto, inseridas dentro dos valores de uma determinada comunidade. Tivemos cartilhas de bancários, de operários da construção civil, de professores, de partidos políticos, de mulheres, de entidades religiosas entres outros, seu

mapeamento nos demonstra que partilhavam de alguns valores, porém, entre elas havia uma boa dose de diferenciação nas argumentações e termos chaves.

Verticalizando nosso olhar para a cartilha *Cristão: de olho na constituinte* percebemos que não são utilizados os termos democracia ou democrático nenhuma vez, enquanto os boletins do MPPC e outras cartilhas os utilizavam. Para lançar uma luz sobre tal paradoxo precisamos nos debruçar sobre os demais termos e intentos, afinal, uma análise onomasiológica nos permite dizer que o enaltecimento da participação política, da organização em grupos de pressão, a oposição ao autoritarismo e à opressão compõe elementos centrais para se pensar que havia uma efetiva defesa da democracia. A questão que transparece é por que o termo democracia não consta em tal fonte?

A elaboração de cartilhas da constituinte foi uma estratégia dos múltiplos movimentos em favor da participação popular na constituinte, articulados de modo horizontal pelo Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte (MNPPC) iniciado formalmente em 26 de janeiro de 1985 (VERSIANI, 2014: 215). No Paraná tivemos reuniões a partir de abril desse ano e em maio (WHITAKER, 1989: 43) foi lançada a versão paranaense do Movimento de Participação Popular na Constituinte (MPPC) afiançado por 73 entidades populares. Os dizeres do manifesto de lançamento podem nos sugerir as *intenções* dos grupos, podendo-se ler logo no seu início uma tomada de posição e incitação à participação

a transição programada é o projeto da burguesia, e como tal terá a sua marca, a marca da conciliação das elites, e do arbítrio, quando necessário. É preciso entender que, se a transição não for pressionada pelo movimento popular e sindical, não avançara o processo político em direção a uma sociedade mais democrática (...) o interesse das entidades que assim essa proposta é dar continuidade a este processo de organização, buscando um novo estágio, politicamente mais avançado do pólo popular, avanço que se cria na e pela luta política através de um MOVIMENTO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE, como forma de organização e exercício de poder popular (BAGGIO, 2006-379).

A cartilha *Cristão: de olho na constituinte* foi confeccionada pelo Movimento Familiar Cristão - Pastoral Familiar da Arquidiocese de Londrina, não havia referência expressa ao MPPC, porém, tudo leva a crer que fazia parte do grande guarda-chuvas que ligava os movimentos pró-constituinte da época no Paraná. Sua estrutura mescla uma série de imagens, no estilo de quadrinhos, diálogos e textos de caráter didático. Trazia uma estrutura bem homogênea separada de três partes intituladas: 1) Bate-papo sobre política, 2) Constituinte x Constituição e 3) Eleições, Candidatos e Partidos. Abordava temas sobre atores políticos, organização e participação na política, inclusive com explicações sobre o papel da Igreja, participação e uma espécie de guia para escolha dos candidatos. Cada parte é composta ainda por dois tópicos: *para refletir* e *para reuniões de grupos*, substituída na última por *pistas para*

ação concreta. A linguagem é direta, fazia esforço em torno da necessidade da comunidade se aproximar da política, chamando de fracos e acomodados os que ‘ficam de braços cruzados’ (ARQUIDIOCESE, p.3) e enaltecia a política como: organização para uma sociedade justa, compromisso para alcançar o bem para todos. Ressaltava ainda o papel que devia ter a igreja lançando documentos em defesa dos oprimidos, salientando que ela não tinha pretensões partidárias, mas devia agir, afinal, o reino dos céus deveria começar já nesse mundo e isso se fazia denunciando erros e injustiças. Também reforçava que ser cristão implica em conversão e mudar de comportamento, política em sentido verdadeiro seria parte da evangelização. Nesse ponto podemos associar o *imaginário social* do grupo religioso com os *efeitos perlocutórios* pretendidos, ou seja, uma participação guiada pelos princípios cristãos. Há menções aos excluídos e às maiorias, mas a influência da *Teologia da Libertação* se faz de modo bastante sutil ao longo do texto, sem ênfase às ‘opção pelos pobres’ ou referências aos conflitos de classe, burguesia dominante etc, como se vê noutros boletins e cartilhas do MPPC. Nela o foco parece enquadrado na justificação de participação da Igreja ao fazer política “considerada uma parte da Evangelização” (ARQUIDIOCESE, p.7) e a fiscalização do processo que lhe competia, o nome da cartilha – Cristão: de olho na constituinte – remete a uma *intenção* de controle, conhecimento, acompanhamento e até mesmo de autoridade moral.

Há uma explicação sobre o que é constituição e de como a constituinte ‘é um caminho para a constituição’ (ARQUIDIOCESE, p.9). Os *motivos* subjacentes para realização da cartilha e do discurso pró-participação na constituinte transparecem na relação direta que fazem entre constituinte e política, assim como a reflexão que incitam de que “a política não pode ser feita só pelo grupo dos que sabem e manipulam as coisas. Se não quiser que só eles escolham e decidam, entre você também na roda e apresente sua contribuição como cidadão cristão” (ARQUIDIOCESE, p.9).

A última parte, que trata das *eleições, candidatos e partidos* é bastante elucidativa dos valores que orientam a ação e do uso que pretendem para as cartilhas, afinal, para além de uma série de instruções sobre o bem votar também incluem um breve manual informando quais seriam os bons candidatos, nesse cenário, dois elementos nos chamam a atenção: primeiro a aceção sobre o perfil do candidato *bom cristão* com questionamentos: se é a favor da família, quais ideais sobre adultério, divórcio, aborto, amor-livre, chegando inclusive a promover uma interrelação entre sua vida privada e pública, pois consideravam importante saber “se a vida particular dele é um exemplo que dignifique a família? Se frequenta a igreja ou só nas eleições, tem valores cristãos? Suas posturas contrariam a fé cristã ?” (ARQUIDIOCESE, p. 12). De

outro lado, a reiterada exigência de que no perfil do candidato seria necessário ter competência e experiência, ser sempre interessado no bem comum, ou seja, ter um histórico, já ter feito algo de concreto, ser sensível à justiça social atuando de forma concreto pelos marginalizados e excluídos. Percebe-se aqui o apelo à experiência e às ações concretas, o que pode se encaixar com os valores religiosos católicos de fé e boas obras, nesse sentido vale a explicação de Eder Sader “nas representações que daí emergiram iria ressaltar um certo tipo de humanismo. Nelas se valorizavam as práticas concretas dos indivíduos e dos grupos em contraposição às estruturas impessoais, aos objetivos abstratos e às teorias preestabelecidas” (SADER, 1988: 194). Sobre os partidos a cartilha é lacônica ao dizer que não há tradição partidária, eles são mediadores normais e necessários (ARQUIDIOCESE, p.15). Não há elementos para afirmar com certeza, mas parece-nos que essa seja um indício de que tal Pastoral de Londrina não era tão próxima ao MPPC e ao Partido dos Trabalhadores que começava a se organizar no Paraná, sendo elemento central na constituição do CEFURIA – Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araújo -, um dos principais mobilizadores do MPPC no estado (BAGGIO, 2006: 102).

A cartilha enfatizava termos como organização, direitos dos excluídos, da maiorias e dos marginalizados, experiência, ações concretas, histórico, valorização da política como instrumento de mudança da vida das pessoas, concessão de direitos. Como mencionamos anteriormente a grande ausente é a palavra democracia. Em toda a cartilha, que tem 16 páginas de capa a capa, em nenhum momento a palavra é citada. Também há uma ausência completa de referencia a ditadura.

Pela análise das fontes podemos concluir que seus idealizadores e produtores podem ser lidos à partir do conceito de *ideólogos inovadores* de Skinner, afinal, tanto nos boletins do MPPC, quanto na cartilha avaliada há um processo, até mesmo didático, de construção da palavra constituinte como ferramenta de mudança social. A *força ilocutória* que se percebe em alguns trechos nos permite interpretar aquilo que Skinner chama de significado 3 (SKINNER, 2005: 131), pois as cartilhas e boletins não estão simplesmente a dizer, mas querem que com sua presença faça-se algo a mais. Qual seja: associar constituinte, aquele conceito estranho ao meio popular, neutro ou mesmo pejorativo, por ser associado facilmente à uma democracia instituída pelo modo burguês passa por uma guinada e passa a ser visto não como panaceia, mas como caminho para uma sociedade sem exploração. Constituinte passa a ser desenhada como política, organização, democracia (no caso dos boletins) e isso implicaria numa vida melhor, de modo concreto, para os excluídos, para as maiorias. Se pensarmos a partir da cartilha apenas, poderíamos incluir ainda os valores cristãos (contraposição ao aborto, ao divórcio, valorização

do bom homem de família etc), o que demonstra ser uma particularidade desses grupos, especialmente se confrontarmos com as pautas de outras cartilhas como as dos bancários a enfatizar a exploração dos gananciosos banqueiros (FEDERAÇÃO, 1987), ou a das mulheres a remeter à dupla exploração das mulheres, pelo sistema e pelos ‘maridos’ (CONSELHO, 1986). Não basta-nos entender, como faria o significado 1, as palavras no seu texto, ou como teríamos no significado 2, como elas seria recebidas naquele ou no nosso tempo, mas precisamos tentar um esforço – ainda que limitado e não passível de uma objetividade fulminante – buscar alcançar o significado 3: o que seus idealizadores e produtores queriam dizer com aquilo que afirmavam em seus textos. Parece-nos que este último significado pode valer-se também da ferramenta do *imaginário social* como “conjunto de símbolos e representações herdados, os quais constituem a subjetividade de uma época” (SKINNER, 2005: 144).

Desse modo, podemos concluir que a atuação do grupo de Londrina deve ser considerada a partir de sua inserção num espectro mais amplo do grande guarda-chuvas que foi o MPPC. Denota-se uma transição nas estratégias de luta e reivindicação política. A democracia não se tornara uma panaceia para os movimentos sociais e dentro da multiplicidade criativa desses grupos, vinculados à pautas apenas parcialmente coincidentes podemos vislumbrar estratégias diretamente vinculadas ao imaginário social de cada um deles, acionado para estimular uma participação criativa ou ao menos como forma de barrar ou vetar a persistência no novo pacto político de concepções contrárias ao seu grupo.

FONTES

ARQUIDIOCESE DE LONDRINA, Cristão: de olho na constituinte. Londrina: Movimento Familiar Cristão – Pastoral Familiar, s.d. 16f.

MOVIMENTO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE, Boletins n.1-5, 1985-1986.

CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. O que é a constituinte? Constituinte é como a maternidade, não existe sem a mulher. Curitiba, Ago. 1986. 16f.

FEDERAÇÃO DOS BANCÁRIOS DO PARANÁ. A Constituição e os trabalhadores. Curitiba, 1987. 30f.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.

BAGGIO, Fernanda S. F. Movimento de participação popular na Constituinte. Curitiba: Cefuria, 2006.

BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. Dimensões. Revista de História da UFES. v24, p. 114-1134, 2010.

BEVIR, Mark. Significado. In: _____. A lógica da história das ideias. Bauru: Edusc, 2008. p. 51-104.

COUTINHO, Carlos Nelson A democracia como valor universal, in Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, nº 9, março de 1979, p. 33-48.

FORGET, Daniele. Conquistas e resistências ao poder: a emergência do discurso democrático no Brasil (1964-1984). SP: Edusp, 1994.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, Margareth (org.). Narrar o passado, repensar a história. Campinas: Unicamp, 2000. p. 15-62.

LOPES, Marcos Antônio. Para ler os clássicos do pensamento político: Um guia historiográfico. RJ: FGV, 2002.

NEVES, Lúcia M. Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. Constituição. In: _____. FERES JÚNIOR, João. Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 65-89

PASCAL, Ide. A arte de pensar. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

POCOCK, J. G. A. Linguagens do ideário político. São Paulo: Usp, 2013.

RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JUNIOR, João. (orgs.) História dos conceitos: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006. p. 39-54.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Ricardo. Retórica e contingência na teoria política resenha de PALONEN, Kari. **Quentin Skinner**: History, Politics, Rhetoric. Cambridge: Polity Press, 2003. 207p. em Revista Política & Sociedade, 9, outubro/2006. p. 195-200.

SKINNER, Quentin. Visões da política. Miraflores: Difel, 2005.

SKINNER, Quentin. Hobbes e a liberdade republicana. São Paulo: Unesp, 2010.

SKINNER, Quentin. Liberdade antes do liberalismo. São Paulo: Unesp, 1999.

SILVA, F. C. T. Crise da ditadura e o processo de abertura política no Brasil: 1974-1985. In: FERREIRA, J. (org.) O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 243-282.

VERSIANI, Maria Helena. Correio político: os brasileiros escrevem a democracia (1985-1988). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

VERSIANI, Maria Helena. A sociedade brasileira vive a democracia (1985-1987). In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). História do tempo presente. Rio de Janeiro: FGV, 2014. P. 212-228.

VESENTINI, Carlos Alberto. A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec, 1997.

WHITAKER, F (org). Cidadão constituinte: a saga das emendas populares. Rido de Janeiro: Paz e terra, 1989.